



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

HABEAS CORPUS Nº: **0331609-2**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 0000409-93.2014.8.17.0920

COMARCA : Limoeiro – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Geraldo José de Moraes Guerra

PACIENTE : Márcio Roberto de Oliveira

PROCURADOR(A) : Marilea de Souza Correia Andrade

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**EMENTA**

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS DUPLAMENTE QUALIFICADOS. CONSUMADO E TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES AUTORIZADORAS DA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. PERICULOSIDADE DO PACIENTE EVIDENCIADA PELO *MODUS OPERANDI*. ORDEM DENEGADA.

**I** – Não se mostra carente de motivação o decreto preventivo que demonstra a necessidade da custódia cautelar do paciente, com base na periculosidade do agente, demonstrado pelo *modus operandi*. Precedentes do STJ.

**II** – Primariedade, bons antecedentes, residência no distrito da culpa, emprego fixo e família constituída não são suficientes, por si só, para garantir eventual direito à liberdade provisória, quando presente qualquer das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva.

**III** – Ordem denegada. Decisão Unânime.



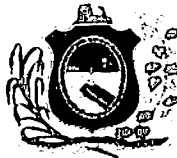
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0331609-2**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 17 de junho de 2014.

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção - Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

HABEAS CORPUS Nº: **0331609-2**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 0000409-93.2014.8.17.0920

COMARCA : Limoeiro – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Geraldo José de Moraes Guerra

PACIENTE : Márcio Roberto de Oliveira

PROCURADOR(A) : Marilea de Souza Correia Andrade

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

## **RELATÓRIO**

---

O Bel. **Geraldo José de Moraes Guerra** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **Márcio Roberto de Oliveira**, qualificado às fls. 02, alegando ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, portador de condições pessoais favoráveis, por não se fazer presente qualquer dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, pugnando pela expedição do competente alvará de soltura.

O paciente responde ao processo nº 0000409-93.2014.8.17.0920, em curso perante o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Limoeiro, juntamente com José Cláudio Arruda da Cruz, por infração ao art. 121, § 2º, incisos I e IV<sup>1</sup>, e ao art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 14, inciso II<sup>2</sup>, todos do Código Penal.

---

<sup>1</sup> Art. 121 - Matar alguém: (...)

**Homicídio qualificado**

§ 2º - Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; (...)

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; (...)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

<sup>2</sup> Art. 14 - Diz-se o crime: (...)

**Tentativa**

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

A inicial veio acompanhada com os documentos de fls. 12/197.

Em decisão interlocutória de fls. 204/205, o Relator convocado indeferiu o pleito liminar, solicitando informações à autoridade apontada coatora, que as prestou às fls. 213/214, acompanhadas dos documentos de fls. 215/228.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa de Marilea de Souza Correia Andrade, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 232/235).

É o relatório.

Recife, 17 de junho de 2014.

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção – Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

HABEAS CORPUS Nº: **0331609-2**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 0000409-93.2014.8.17.0920

COMARCA : Limoeiro – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Geraldo José de Moraes Guerra

PACIENTE : Márcio Roberto de Oliveira

PROCURADOR(A) : Marilea de Souza Correia Andrade

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

## **VOTO**

---

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório em que o impetrante alega ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, possuidor de condições pessoais favoráveis, consubstanciadas na primariedade, ótimos antecedentes, residência no distrito da culpa, emprego fixo e família constituída, ante a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, pugnando pela expedição do competente alvará de soltura.

Ao decretar a prisão preventiva do paciente, a autoridade coatora fundamentou sua decisão nos seguintes termos (fls. 224/228):

*"(...) O delito narrado na denúncia revela alto grau de periculosidade dos representados pelo procedimento empregado e pela frieza demonstrada. Trata-se de típico crime de execução.*

*Ora, há necessidade premente de assegurar a ordem pública que resta ameaçada pela liberdade que os acusados geram no seio social ainda mais desassossegado, intranquilidade.*

*(...)*

*A necessidade de assegurar a ordem pública fica evidenciada em toda sua plenitude. Portanto, impõe-se a prisão preventiva para assegurar a ordem pública face à periculosidade dos representados.*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

*Delito praticado em atividade típica de grupo de extermínio. Uma ousadia que impressiona com a conduta realizada em plena luz do dia em local de razoável circulação de pessoas. (...)"*.

Como observado supra, a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente encontra-se perfeitamente fundamentada em harmonia com a jurisprudência de nossos tribunais, porquanto alicerçada na periculosidade do paciente, evidenciada pelo *modus operandi*, haja vista o *modus operandi*, típico de grupo de extermínio, motivado, segundo a denúncia (fls. 220/222), por uma discussão prévia entre o acusado José Cláudio Arruda da Cruz e a vítima, ocasião em que ambos encontravam-se embriagados.

Como observado supra, a decisão guerreada encontra-se devidamente fundamentada para a garantia da ordem pública e da instrução processual, haja vista a periculosidade do paciente, evidenciada no *modus operandi*, inexistindo, portanto, qualquer eiva tendente a tisonar o decreto fustigado.

Ademais, importante frisar que, conforme orienta parte da jurisprudência pátria: "*A periculosidade não é de ser lembrada tão somente no instante da aplicação da pena, mas também para justificar a decretação da prisão preventiva. (TACRSP – RT 590/362) (...)*", como bem o fez a douta juíza monocrática por ocasião do édito de segregação cautelar.

A periculosidade do agente é motivação suficiente para que seja decretada a prisão preventiva do agente, como assentado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

**"(...) HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO CAUTELAR DECRETADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE E GRAVIDADE DO CRIME EVIDENCIADAS PELO MODUS OPERANDI. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INOVAÇÃO NOS**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

**FUNDAMENTOS PARA MANTER A CUSTÓDIA INOCORRÊNCIA.**

1. *A jurisprudência desta Corte tem proclamado que as prisões de natureza cautelar - assim entendidas as que antecedem o trânsito em julgado da decisão condenatória - são medidas de índole excepcional, que somente podem ser decretadas (ou mantidas) caso venham acompanhadas de efetiva fundamentação.*

2. *Na hipótese vertente, fica claro que a conduta criminosa foi organizada previamente e arquitetada de forma detalhada, tanto que os acusados utilizaram uniformes de empresa de segurança para facilitar seu acesso à residência, rendendo o vigia da casa. Deve-se levar em conta, ainda, a violência excessiva utilizada contra as vítimas, que foram amarradas, amordaçadas e ameaçadas durante todo o período em que ficaram sob o poder dos assaltantes.*

3. ***A custódia preventiva está justificada pela gravidade concreta do crime - demonstrada pelo modus operandi - e a periculosidade social do paciente, ambas ensejadoras de risco à ordem pública.***

(...)

5. *Ordem denegada."*

(HC 201.953/MG, Relator Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, julgado em 02/06/2011 e publicado no DJ de 15/06/2011)

É o caso dos autos.

Demais disso, a simples alegação de o paciente ser possuidor de condições pessoais favoráveis, consubstanciadas na primariedade, ótimos antecedentes, residência no distrito da culpa, emprego fixo e família constituída, não é suficiente, por si só, para garantir eventual direito à liberdade provisória, quando presente qualquer das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da  
douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

É como voto.

Recife, 12 de junho de 2014.

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção – Relator**